



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## **Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR**

### **PARECER**

PROJETO DE LEI Nº 995/2024

Autoria: Deputada Joana Darc

Relator: Deputado Delegado Péricles

**Institui** o Dia Estadual dos Jogos Indígenas no  
Estado do Amazonas.

### **I - RELATÓRIO:**

No dia 13 de dezembro de 2024, a eminente Deputada Joana Darc apresentou o Projeto de Lei de nº 995/2024, que institui o Dia Estadual dos Jogos Indígenas no Estado do Amazonas.

A justificativa do referido projeto encontra-se anexa.

A proposição foi incluída em pauta nas reuniões ordinárias, não tendo recebido emendas.

Em seguida, a proposta foi encaminhada a esta Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação para exame e emissão de parecer quanto a sua constitucionalidade e legalidade, em conformidade com o artigo 27, I, alínea “a”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o breve relatório. Passo a opinar.

### **II – FUNDAMENTAÇÃO:**

O eminente deputado submete para apreciação desta Casa Legislativa a presente propositura justificando a iniciativa, em breve síntese, que o projeto tem por finalidade





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

### **Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR**

instituir o Dia Estadual dos Jogos Indígenas no Estado do Amazonas, como uma celebração anual dedicada à promoção e preservação das culturas indígenas do Amazonas. Este evento busca proporcionar um espaço de interação entre os povos indígenas e a sociedade em geral, valorizando as tradições culturais, esportivas e sociais dos primeiros habitantes do estado.

Procedendo, então, a devida análise da constitucionalidade e da juridicidade, a presente propositura se encontra devidamente ancorada na competência legislativa atribuída aos parlamentares nos ditames da Constituição Federal e da Constituição amazonense.

Quanto à competência sobre esta matéria, dispõe o Art. 24, inc. IX da Constituição Federal<sup>1</sup> que os Estados possuem a competência concorrente com os demais entes federados para legislar sobre desporto.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual estabeleceu em seu Art. 18, inc. IX<sup>2</sup> que compete ao Estado legislar sobre a matéria da presente propositura.

Além disso, a União, através da Lei nº 9.615/1998 já instituiu normas gerais sobre desporto, de forma que a presente propositura está em perfeita consonância a norma geral.

Sendo assim, encontra-se totalmente ancorada na competência concorrente, insculpida na Carta Magna Federal e Estadual.

---

<sup>1</sup> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

<sup>2</sup> Art. 18. Compete ao Estado, respeitadas as normas gerais estabelecidas em lei federal, legislar concorrentemente com a União sobre: IX – educação, cultura, ensino e desporto;





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

### **Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR**

Desta feita, como o Projeto de Lei em destaque está de acordo com as normas constitucionais e legais de competência, cumpre esta Comissão de Constituição e Justiça reconhecer pela constitucionalidade do projeto de lei.

#### **III – CONCLUSÃO:**

Diante do exposto, considerando que o presente projeto atende os requisitos formais exigidos pela ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** ao prosseguimento do Projeto de Lei nº 995/2024.

Manaus, 13 de fevereiro de 2025.

**DEPUTADO DELEGADO PÉRICLES**

**Relator**





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - EM 17/02/2025 12:35:45

